

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UERN: concepções e expectativas*

Iêda Maria Araújo Chaves Freitas¹
Francisca de Fátima Araújo de Oliveira²
Olga de Oliveira Freire³

Introdução

O tema avaliação ganhou maior destaque nos fóruns de discussão no ambiente universitário na década de 80 do século recente, quando a qualidade do ensino superior começou a ser questionada. Com o lançamento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB, em 1994, a avaliação institucional passou a fazer parte das atividades das IES brasileiras. A partir da segunda metade desta mesma década, a avaliação cresce em importância se forem considerados o número de documento legais, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os quais inserem a obrigatoriedade da avaliação nas IES. No entanto, independente das formas propostas para avaliar processos e resultados das instituições de ensino superior, a avaliação institucional continua a ser um instrumento indispensável para o planejamento anual e para o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento

* Texto elaborado com base em sinopse dos questionários aplicados com o corpo dirigente da UERN, por ocasião do lançamento do Programa de Avaliação Institucional da UERN – PROAVI, realizado em 15.5.2003, no Campus Central.

¹ Professora no Departamento de Economia, atualmente Assessora de Avaliação Institucional da UERN.

² Professora no Departamento de Educação, Membro da Comissão Central de Avaliação Institucional – CCAI

³ Professora no Departamento de Filosofia, atualmente Vice-Reitora da UERN e Presidente da CCAI.

³ Professora no Departamento de Filosofia, atualmente Vice-Reitora da UERN e Presidente da CCAI.

Institucional – PDI, tendo em vista a busca permanente da melhoria da qualidade acadêmica e da gestão institucional.

Na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, a avaliação institucional começou a ser implementada em 1996, tendo sua proposta recebido apoio financeiro da Secretaria de Ensino Superior – SESu/MEC, nos anos de 1996 e 97. Com a falta de apoio financeiro por parte do MEC nos anos seguintes, o processo de avaliação institucional sofreu descontinuidade em alguns cursos, mas, em outros, a avaliação continuou a ser instrumento de acompanhamento do processo educacional. Neste ano de 2003, uma nova proposta de avaliação foi lançada, e, com o apoio dos dirigentes da UERN, a avaliação institucional terá continuidade no âmbito de toda a UERN, desta vez, com uma metodologia que contempla avaliação de processos e resultados.

Com o intuito de garantir a participação voluntária e comprometida de sua comunidade universitária, a Comissão Central de Avaliação Institucional – CCAI, por ocasião do lançamento da nova versão do Programa de Avaliação da UERN, rebatizado com o nome de PROAVI, aplicou um questionário com os dirigentes da Universidade com o objetivo de coletar subsídios para aprimorar o processo. O resultado da sistematização das repostas ratificou a necessidade da avaliação institucional, conforme está explicitado a seguir.

Concepções e Expectativas dos Dirigentes da UERN sobre a avaliação institucional.

Responderam ao questionário, 48 participantes, sendo 47 professores, a maioria dirigentes universitários, Pró-Reitores, Diretores das Faculdades e Campi Avançados⁴, Chefes dos Departamentos Acadêmicos, Coordenadores dos Núcleos Avançados, e um técnico administrativo que é membro da CCAI. Ressalta-se que todas as Faculdades estiveram representadas.

⁴ Do Campi Avançados foi justificada a ausência da Diretora do Campus de Natal.

O questionário contemplava sete questões que, no seu conjunto, objetivava respaldar e complementar o conteúdo da proposta de avaliação e, conseqüentemente, enriquecer os procedimentos metodológicos.

A pergunta inicial foi quanto a concepção dos participantes sobre a avaliação institucional, e, neste sentido, por quê e para quê avaliar. A diversidade das respostas reafirma os propósitos contidos no PROAVI. Após sistematizadas, destacamos as seguintes:

- A avaliação institucional é um processo contínuo de aperfeiçoamento das atividades universitárias. Neste sentido, ela é uma prerrogativa das instituições, especialmente as públicas.
- É um processo instrumentalizado e instrumentalizador de mecanismos quanti-qualitativos, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços prestados pela instituição à sociedade.
- A avaliação feita com base em critérios bem definidos é uma oportunidade ímpar para o salto de qualidade que se pretende dar na Universidade.
- É um processo de acompanhamento do desempenho institucional, tendo em vista corrigir distorções e/ou fazer ajustes no desempenho das atividades universitárias.
- É um processo de reflexão sobre os meios utilizados para atingir um objetivo.
- Deve ser um processo que permita aos interessados replanejar com eficiência e eficácia das ações da instituição, entendidas como meio para atingir os objetivos que a universidade se propõe.
- A avaliação institucional deve ser processual, sistemática e integradora.
- É um processo contínuo para o planejamento das ações, retomada dos rumos e redefinição de objetivos.
- Desde que processual e sistemática, a avaliação constitui-se instrumento valioso de acompanhamento e intervenção dos pontos nevrálgicos ou bloqueadores do desempenho da instituição.
- A avaliação institucional é um instrumento que favorece a contínua melhoria da qualidade da universidade em todas as suas dimensões.

Em síntese, a avaliação é institucional porque é processual e contempla todas as suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Neste sentido, foi consenso que devemos, sim, avaliar, porque os seus resultados apontam para as correções de rumos, o aperfeiçoamento do Projeto Institucional, e para a garantia da qualidade da Universidade.

Quanto ao que deve ser avaliado no cursos e nas Pró-Reitorias. As respostas foram diversificadas, apontando que há muitos aspectos há serem considerados no processo. Essas respostas foram agrupadas de acordo com as dimensões que constam do PROAVI-UERN.

Quanto a dimensão: 1 - Missão, objetivos e vocação da UERN.

- As demandas da sociedade.
- A contribuição do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente para o contexto no qual a UERN está inserida.
- As parcerias realizadas com a Universidade.

Quanto as Dimensões: 2- ensino, 3 - pesquisa e 4 - extensão

- O ensino/aprendizagem.
- As condições de oferta dos cursos de graduação e especialização.
- Os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos.
- A indissociabilidade das atividades de ensino-pesquisa-extensão.
- Os impactos sociais internos e externos das atividades de extensão e pesquisa.
- O envolvimento dos órgãos internos nas atividades de extensão.
- O cumprimento das ementas dos cursos, assim como a metodologia do ensino dos docentes, os PGDs e os PITs dos professores.

Quanto as dimensões: 5 - corpo docente; 6 - discente e 7 - técnico-administrativo.

-
- o engajamento dos professores nas ações de formação do aluno/profissional, i. é, a qualidade que imprime na realização dessas ações; a lógicas das ações na razão de seus objetivos.
 - Os corpos docente, discente e técnico-administrativo.
 - A participação dos alunos na vida acadêmica.

Quanto as dimensões: 8 - administração acadêmica dos cursos e a 9 Organização (estrutura e processo decisório)

- A infra-estrutura do fluxo curricular.
- A organização administrativa e pedagógica das Faculdades.
- As normas internas, especialmente aquelas relacionadas ao ensino de graduação.

Quanto à dimensão: 10 - Egressos

- Os egressos e sua inserção no mercado de trabalho.

Quanto à dimensão: 11 – Recursos de Infra-estrutura

- A infra-estrutura de suporte as ações educacionais (laboratórios, biblioteca, atividades de estágio).
- Os serviços de infra-estrutura das secretarias das faculdades e departamentos

Quanto a participação dos dirigentes no processo, a maioria manifestou seu empenho e comprometimento em acompanhá-lo, emitindo opiniões, oferecendo sugestões, dinamizando as discussões em grupos, envolvendo-se ativamente nas atividades, colaborando para que se obtenha bons resultados, motivando os participantes e cobrando o cumprimento dos prazos.

O compromisso com a avaliação foi expressado pelo cumprimento das ações de melhoria da qualidade sugeridas pelos seus resultados, revendo posturas, garantindo a credibilidade do processo, trabalhando em consonância com os

objetivos do curso, encorajando a correção das ineficiências, buscando soluções para superação dos erros, das falhas e dos problemas detectados, empenhando-se em rever ações e corrigir deficiências no processo acadêmico, melhorando o desempenho das atividades, desenvolvendo atividades conjuntas tendo em vista alcançar níveis mais elevados de qualidade, realizando mudanças e implementando políticas que garantam maior eficácia das atividades fim e meio da Universidade, e, por fim, engajando-se, ativamente, para que se tenha uma Universidade solidária, democrática e ética.

Quanto as sugestões solicitadas para o PROAVI, essas concentraram-se em três aspectos: que seja garantida a continuidade da avaliação, que ela seja um processo participativo, transparente e democrático, e que os seus resultados sejam socializados por meio de um amplo processo de divulgação.

Os participantes apontaram como principais objetivos e metas do processo de avaliação:

- Criar uma opinião pública sobre a Universidade.
- Redefinir as políticas (de estágio, extensão, pós-graduação etc.)
- Promover a integração dos cursos adotando sistemáticas e metodologias que favoreçam a indissociabilidade das atividades-fim
- Revisar e adequar da legislação interna.
- Revisar, elaborar e implementar os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos.
- Incorporar a noção de flexibilização curricular.
- Reduzir o número de alunos desnivelados.
- Reduzir o corporativismo no segmento docente.
- Melhorar o desempenho institucional.
- Oferecer novos cursos nos diferentes níveis (graduação, pós-graduação e extensão).
- Melhorar a infra-estrutura física.
- Ampliar a qualificação docente em nível de doutorado.
- Repensar a avaliação do processo ensino/aprendizagem.
- Incentivar a produção científica dos segmentos docente e discente.

- Melhorar o acervo bibliográfico, de infra-estrutura de laboratórios e de informatização.
- Ampliar a política de incentivos por meio de bolsas de estudos e estágios para os alunos.
- Incentivar a participação de alunos em atividades acadêmico-científicas (congressos, simpósios, seminários).

Ressalta-se que entre esses objetivos teve ênfase a melhoria da qualidade do ensino.

A última questão se referia ao atual processo de avaliação nos cursos ou unidades administrativas. Mesmo com a descontinuidade do processo de avaliação institucional, algumas faculdades e cursos deram continuidade a avaliação utilizando-se de diferentes metodologias e objetivos, como: avaliação dos programas de disciplinas, avaliação dos docentes pelos discentes e discussão para elaboração de Projetos Politico-Pedagógicos.

Conclusão

O objetivo delineado pela Comissão foi alcançado na medida em que se percebeu o reconhecimento dos dirigentes universitários e da sua comunidade acadêmica da necessidade de implementar a avaliação como processo e em assumir o compromisso com os seus resultados.

Salienta-se, por fim, que esse documento deve servir de referência complementar para a elaboração dos projetos setoriais de avaliação dos cursos e das unidades administrativas.

A CCAI agradece a colaboração de todos que participaram dessa atividade.